



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12066 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E COMPREENSÕES EM MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Gabriela Scramingnon - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Fabrcia Melo das Neves - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E COMPREENSÕES EM MATERIAIS PEDAGÓGICOS

O presente texto tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo que analisou as atividades propostas para crianças de creches e pré-escolas no âmbito de seis Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. O estudo insere-se em uma pesquisa institucional que mapeou as estratégias de atendimento à Educação Infantil de 17 municípios no período de suspensão das aulas presenciais ocasionadas pela pandemia da doença pelo coronavírus 2019 – do inglês, *coronavirus disease 2019* (covid-19). Diante do material estudado, verificaram-se problemas já existentes no cotidiano da Educação Infantil no modo presencial e que se intensificaram no contexto remoto como a utilização de materiais prontos e *sites*, comprometimento da estética nas atividades direcionadas às crianças, currículo guiado por datas comemorativas e transferência de responsabilidade das Secretarias para as famílias. No ano de 2020, a crise sanitária que assolou o Brasil e o mundo causada pela covid-19 exigiu a necessidade de isolamento social, ocasionando o fechamento de universidades e escolas, o que trouxe como consequência uma reorganização dos modos de se fazer e manter as atividades educacionais. Nesse cenário, a pesquisa acompanhou as ações das Secretarias Municipais de Educação, que tiveram que construir arranjos para manter a oferta da educação assegurada. Como estratégia metodológica, o primeiro momento da pesquisa reuniu todo material pedagógico disponível nos *sites* dessas Secretarias, considerando apostilas e atividades disponíveis em plataformas de ensino criadas para o atendimento das crianças. Em seguida, foi construído um banco de imagens com todas as atividades encontradas. O material analisado considerou as contribuições do estudo de Bakhtin (2002), compreendendo as

imagens como narrativas discursivas, a partir de um olhar comprometido com a linguagem e atento aos diversos sentidos que a palavra/imagem possa ter. Segundo Nunes, Corsino e Didonet (201, p.52), a gestão da Educação Infantil é responsabilidade prioritária das instâncias municipais. Nesse sentido, os municípios devem ofertar a Educação Infantil, como também organizar, regulamentar, acompanhar, orientar e fiscalizar as redes públicas e privadas de ensino. Dessa forma, considera-se que as Secretarias têm responsabilidade sobre os materiais construídos, indicados e disponibilizados para crianças, professores e responsáveis. No período da pandemia, esses materiais foram sugeridos aos responsáveis para que fossem realizados em casa com seus filhos. Um dos resultados da pesquisa indica que muitas Secretarias optaram por compilar conteúdos prontos de *sites* e *blogs* da Internet sem o cuidado com as circunstâncias desse período e com a realidade das crianças atendidas em sua rede. Em muitas atividades, o tema da covid-19 foi tratado como inexistente ou com tom de brincadeira, como se o vírus fosse apenas “um bichinho mau”. O distanciamento da realidade e da vida das crianças também permeou a escolha das imagens e atividades que, em muitos casos, apresentavam uma estética infantilizada. Geladeiras, maçãs e casas personificadas com rostos e sorrisos alegres demonstram que essa escolha estética, na verdade, inscreve uma concepção de infância demarcada pela compreensão de criança desajeitada e ingênua no imaginário do adulto. Para Benjamin, “trata-se do preconceito de que as crianças são seres tão distantes e incomensuráveis que é preciso ser especialmente inventivo na produção do entretenimento delas” (2002, p.57). Ao considerar a concepção de infância de Benjamin, observa-se uma abordagem não romantizada das crianças, mas crítica e atenta ao seu contexto de existência, pois elas não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe à que pertencem (BENJAMIN, 2002, p.94). Desse modo, tem-se, nos materiais analisados, uma desconexão das propostas de atividades e da conjuntura em que se vivia no período pandêmico, com grande impacto na saúde e economia das famílias. Os resultados também indicam uma forte presença de datas comemorativas nas atividades, como forma de organização curricular da Educação Infantil. Mesmo no ensino remoto, em que o contato social e as comemorações coletivas eram impossibilitadas, as atividades de colorir ovos de páscoa, de correlacionar imagens de festa junina e de escrita de palavras relacionadas ao Dia dos Povos Indígenas traziam referências às festas. A partir dos apontamentos de Maia (2017), entende-se que a escolha por estabelecer um currículo baseado em datas comemorativas é um desserviço ao reconhecimento da diferença e à constituição da alteridade, com uma perspectiva de Educação Infantil de caráter propedêutico e moralizador. Tais atividades empobrecem o trânsito de conhecimento da escola, na medida em que repetem padrões de um calendário já instituído. “O calendário civil e suas datas comemorativas são objeto de disputa das elites. São instrumento de manutenção das identidades, dos anseios e projetos dos sujeitos” (p.3). A pesquisa também identificou uma tentativa de algumas Secretarias transferirem a responsabilidade da educação pública para os responsáveis das crianças. Cartas direcionadas às famílias afirmavam que o material proposto era parte de uma “estratégia de entretenimento pedagógico” e que tais atividades eram “sugestões de práticas de atividades pedagógicas complementares” (Município 6, Metropolitana I). Considerando a responsabilidade municipal pelo atendimento às creches e

pré-escolas, o estudo indaga quais seriam as consequências desse posicionamento e quais impactos dessa transferência de responsabilidade às famílias no retorno às atividades presenciais. Tais análises nos convidam a pensar que a pandemia descortinou práticas e saberes já existentes no contexto das atividades presenciais, revelando contradições e ambivalências que podem comprometer e interferir no objetivo de assegurar, democraticamente, o acesso à educação das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; materiais pedagógicos; crianças; Secretaria Municipal de Educação.

Referências:

Bakhtin, M. (1992). *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

BENJAMIN, W. (2002). *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo. Duas Cidades; Ed.34.

MAIA, M. N. V. G. (2017). Datas Comemorativas – uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil. 38a ANPED. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017
Acesso em:19/08/2022.

UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa. NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. *Educação infantil no Brasil. Primeira etapa da educação básica* Brasília. 2011.